

1 Introdução

O tema que se propõe neste estudo “participação política das pessoas com deficiência nos espaços públicos”, mostra-se relevante na atualidade, tendo em vista que 1981, declarado como o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, impulsionou mundialmente a luta por participação plena das pessoas com deficiência na sociedade e por igualdade de condições de vida de modo equivalente a todos os outros cidadãos.

Nesse contexto, há de se atentar para o aparecimento de elementos fundamentais que irão estimular a participação ativa desses sujeitos na vida política e pública da sociedade, trazendo novas dimensões ao processo de formação da cidadania.

Sendo assim, o interesse em trazer essa reflexão teve como ponto de partida duas experiências de estágio, no período da graduação em Serviço Social. A primeira se deu no Programa de Atenção às Famílias, denominado Núcleo PAI¹ (Pais e Amigos da Inclusão) desenvolvido dentro da Coordenação de Educação Especial da Fundação Municipal de Educação de Niterói, no período compreendido entre julho de 2005 a janeiro de 2006².

Nesse primeiro contato com a realidade vivenciada pelas pessoas com deficiência e seus familiares, chamaram a atenção os seguintes fatos: muitas famílias ao terem uma pessoa com deficiência se deparavam com questões que envolviam os sentimentos de não aceitação, angústia, frustração, discriminação e preconceito; demandavam orientação a respeito das reais possibilidades de

¹ Programa de Atenção às Famílias, funcionava desde 2001, oferecendo a proposta de um ambiente inclusivo direcionado àqueles atores envolvidos com crianças e adolescentes com necessidades especiais, matriculados na rede municipal de ensino de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro. Nesse momento, buscava-se discutir, entender e trabalhar com as famílias as contradições internas de ter um filho com necessidades educacionais especiais e as conseqüências das representações que a sociedade impõe. Sua ação objetivava discutir o conceito de autonomia, estimulando que a família valorizasse cada conquista e avanço da criança e do adolescente como fruto de um esforço único.

² É importante ressaltar que em consonância com esse estágio, buscou-se ampliar a aproximação com essa realidade através da realização da disciplina eletiva “Educação Especial” na Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense e do início do curso de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

desenvolvimento dos filhos e tipos de tratamento; e, quais as políticas, programas e projetos disponíveis que podiam facilitar e melhorar a qualidade de vida de seus filhos.

O mesmo foi evidenciado na APADA³ de Niterói (Associação de Pais e Amigos dos Deficientes da Audição), no período de março de 2006 a janeiro de 2007. Nesse campo ainda foi observado que os atendimentos clínico, social, educacional e terapêutico contribuía para o desenvolvimento da pessoa com deficiência e para o fortalecimento familiar, todavia eram trabalhados dentro de uma perspectiva individual e de tutela.

Dessa forma, na maioria dos casos, as pessoas com deficiência e seus familiares, mesmo estando cobertas pelos serviços de Educação, Assistência Social, Saúde e outros, quase nada escolhiam, decidiam ou reivindicavam dentro daquela instituição, e por isso não se percebiam enquanto sujeitos políticos. Sendo assim, no trabalho de conclusão de curso em Serviço Social⁴, foi observado que não sendo estimulados para agir em conjunto, esses sujeitos tinham dificuldade de fazerem suas próprias escolhas, tomarem decisões, reivindicarem direitos e assumirem o controle da vida frente aos desafios.

Diante desse resultado, a entrada no mestrado trouxe a possibilidade de avançar com a pesquisa, em busca da compreensão da participação política das pessoas com deficiência nos espaços públicos. A partir desse momento, a nossa preocupação central estava em perceber as pessoas com deficiência enquanto sujeitos *ativos e políticos, construtores e participantes* da vida em sociedade e da história, capazes de *agirem em conjunto, emitindo vozes e diferentes opiniões*.

Para buscar novas fontes de justificativa para o encaminhamento do estudo pretendido foi percorrido o levantamento de produções (teses e dissertações) do corpo discente dos programas de pós-graduação na área de Serviço Social registrados na CAPES, no período de 1998/2002 e 2001/2003, realizado por Silva e Carvalho (2005).

³ Em ação desde 20 de novembro de 1969, trata-se de uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com a finalidade de atender o surdo e seus familiares, orientando-os e dando-lhes condições de exercerem a sua cidadania. A fim de cumprir seus objetivos, a instituição se organiza em unidades de prestação de serviços, que atualmente, compreende os setores de reabilitação, educacional e o de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais).

⁴ Essas observações foram feitas no trabalho de conclusão do curso de Serviço Social, apresentado à Universidade Federal Fluminense (2007) intitulado “Família e deficiência: Do luto à luta pela efetivação da Educação Inclusiva”.

As autoras constataram que no período de 1998/2002, dentro de um universo de 760 teses e dissertações apresentadas pelo Serviço Social, o eixo temático “pessoa com deficiência, envelhecimento e terceira idade” foi contemplado com 35 trabalhos, o que representa 4,6%. No período correspondente a 2001/2003, dentro de um total de 719 teses e dissertações, o mesmo tema obteve 21 registros, ou seja, 2,92%. Sendo assim, mesmo não tendo um número preciso acerca do nosso tema, pudemos constatar que o mesmo ainda não tem sido muito discutido academicamente, no Serviço Social.

Além disso, considerando que no levantamento realizado por Silva e Carvalho (2005) foi observado que a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e do Rio Grande do Sul foram as que mais produziram sobre esta temática, realizamos uma busca pessoal de maior profundidade nessas universidades, através da Internet, estendendo-a para outras áreas, com o propósito de encontrar quais aspectos têm sido abordados sobre a deficiência.

Desse modo, pudemos perceber que se trata de estudos e debates que envolvem diversos ângulos, colocados a seguir, ainda que muito direcionados para a acessibilidade desses sujeitos na Educação e no Trabalho. Vejamos: representações sociais, cultura e identidade (Leal, 2008)⁵; educação especial e práticas associadas ao ensino e aprendizagem desse alunado (Schlünzen, 2000)⁶; educação inclusiva (Lima, 2007)⁷; a família e a deficiência (Lara, 1991)⁸; direitos

⁵ Neste eixo temático destaca-se o trabalho de LEAL, D. **A constituição da identidade de uma aluna com deficiência visual: um estudo sobre o processo de inclusão escolar**. São Paulo, 2008. 151p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: http://www.sapientia.pucsp.br//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=6683.

Acesso em: 01/04/2009.

⁶ Neste eixo temático destaca-se o trabalho de SCHLÜNZEN, E. T. M. **Mudanças nas práticas pedagógicas do professor: criando um ambiente construcionista contextualizado e significativo para crianças com necessidades especiais físicas**. São Paulo, 2000. 252p. Tese de Doutorado – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: <http://www.nec.prudente.unesp.br/tableless/arq/elisa.pdf>. Acesso em: 01/04/2009.

⁷ Neste eixo temático destaca-se o trabalho de LIMA, O. M. B. **A trajetória de inclusão de uma aluna com NEE, síndrome de Down, no ensino superior: um estudo de caso**. Porto Alegre, 2007. Dissertação de Mestrado – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Disponível em: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1282. Acesso em: 01/04/2009.

⁸ Neste eixo temático destaca-se o trabalho de LARA, A. T. S. **A aceitação do deficiente auditivo pelos pais**. Porto Alegre, 1991. 182p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://verum.pucrs.br/>. Acesso em: 01/04/2009.

e mercado de trabalho (Barbosa, 2004)⁹; acessibilidade (Carneiro; Velho; Gattass, 2003)¹⁰ e inclusão (Dias, 2008)¹¹.

É preciso destacar também que, atualmente, segundo o Censo 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, aproximadamente 25 milhões de brasileiros declararam possuir alguma deficiência, o que significa 14,5% da população. Somado a isso, apesar do Brasil, conforme sinalizam Resende e Vital (2008), ser um dos poucos países (menos de 50 no mundo) avançados em legislação para esse segmento, muito ainda precisa ser realizado, pois as pessoas com deficiência continuam a ser alvos do restrito acesso a serviços básicos de educação, saúde, reabilitação, transporte, trabalho, dentre outros.

Sendo assim, perante o nosso real interesse de compreender as pessoas com deficiência enquanto sujeitos *políticos e titulares de direitos*, livres para fazerem as suas próprias escolhas e decidirem sobre os assuntos que lhe dizem respeito, surgiram os questionamentos, a seguir: *como as pessoas com deficiência tornariam visíveis as suas necessidades, incentivariam iniciativas de inclusão e garantiriam a luta pelos seus direitos? Qual lugar pode oferecer a possibilidade de realizarem diálogo democrático e plural, para discutirem assuntos comuns e se organizarem politicamente? Como sairiam da condição de isolamento e de redução aos interesses particulares para a condição de preocupação com os interesses comuns? Como poderiam encontrar a saída da invisibilidade, despindo-se do véu da incapacidade?*

Ao nos depararmos com esse cenário de indagações, elegemos o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência – COMPEDE, localizado em Niterói¹² no estado do Rio de Janeiro, como o espaço possível para essa participação política.

⁹ Neste eixo temático destaca-se o trabalho de BARBOSA, V. C. **Tem que ser deficiente e eficiente: a condição do trabalhador com deficiência física**. Rio de Janeiro, 2004. 116p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em:

http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0210261_04_pretextual.pdf.

Acesso em: 01/04/2009.

¹⁰ Neste eixo temático destaca-se o trabalho de CARNEIRO, M. M.; VELHO, L.; GATTASS, M. **Interfaces assistidas para deficientes visuais utilizando dispositivos reativos e transformadas de distância**. Rio de Janeiro, 2003. 162p. Tese de Doutorado – Departamento de Informática, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em:

http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/cgi-bin/db2www/PRG_0651.D2W/SHOW?CdLinPrg=pt&Cont=3944:pt.

Acesso em: 01/04/2009.

¹¹ Neste eixo temático destaca-se o trabalho de DIAS, B. C. D. **Inclusão de pessoas portadoras de deficiência: um tipo de responsabilidade social**. Porto Alegre, 2008. 166p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Disponível em: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1505. Acesso em: 01/04/2009.

Em vista disso, temos como visada a trajetória de participação desses sujeitos na construção do COMPEDE, na busca pela visibilidade, a fim de compreender se esse Conselho tem se constituído um espaço que proporciona às pessoas com deficiência agirem em conjunto, como sujeitos políticos, encorajando-os a serem gerentes da sua própria vida e protagonistas da sua própria história.

Nesse sentido, o nosso objeto de estudo trata de um fenômeno que está duplamente em formação:

1) De um lado, observa-se historicamente que as pessoas com deficiência são vítimas de exclusão e de violência, geralmente externadas por atitudes discriminatórias, pelo não reconhecimento das suas capacidades e pela falta de incentivos que movam sua criatividade e liberdade de expressão. Desse modo, dentro de uma perspectiva da sociedade brasileira, esses sujeitos viveram por séculos e vivem num sistema desigual de relações sociais mergulhadas em estigmas, rótulos e preconceitos, que os classificam como inválidos e incapazes de prover a própria vida. Nesse sentido, impossibilitados de se expressarem, de fazerem as suas escolhas e de serem vistos no mundo perdem a referência de membros pertencentes à comunidade política. Portanto, invisíveis aos outros e privados de serem ouvidos não exercem a sua cidadania, pois é como se não existissem.

2) Por outro lado, nota-se que os conselhos gestores surgem iluminados pelos princípios da descentralização e da participação popular da Constituição Federal do Brasil de 1988. Emergem como uma possibilidade da sociedade interferir no aparelho estatal e de participar das suas decisões sobre as mais diversas políticas públicas de seu interesse. De acordo com Neves (2006/2007), nesta circunstância inaugura-se o processo de co-gestão/partilha de poder entre o Estado e a sociedade civil. Ou ainda, como bem coloca Telles (1999), através desse espaço público os atores políticos podem romper com práticas autoritárias, que autorizam o Estado a ser árbitro exclusivo na definição de prioridades sobre as políticas que dizem respeito à vida da sociedade.

¹² O COMPEDE está situado, atualmente, na Avenida Ernani Amaral Peixoto, 116, quarto andar, no Centro de Niterói, RJ.

A visibilidade, a gestão de bens públicos e a participação política das pessoas com deficiência enfrentam entraves oriundos da própria sociedade brasileira, tais como:

- 1) a formação da cultura política brasileira estar calcada em um modelo de gestão centralizado e autoritário que distanciou a população brasileira de toda e qualquer forma de participação que interferisse nas decisões de interesse coletivo. Os vícios do autoritarismo, do paternalismo, do clientelismo e do apadrinhamento socialmente excludentes que alimentam interesses individuais e acessos privilegiados, colocam em risco a construção de uma participação efetivamente política;
- 2) a centralidade da sociedade no mercado e no consumo revela a impotência política do homem contemporâneo. De acordo com Duarte (2002), ao invés de atores políticos impulsionados pelo desejo de agirem em conjunto e em prol dos interesses comuns, têm-se indivíduos preocupados exclusivamente de um lado com a necessidade de se manterem vivos, e de outro com o uso do desperdício.

Ambos os aspectos apresentados são caminhos que provocam o isolamento dos homens, os reduzem aos interesses particulares e à privação da vida social e os destituem da capacidade de participarem da vida política. Na ausência nesses espaços de mediações públicas que articulam os homens num mundo compartilhado, os atores sociais saem de cena e os mecanismos tradicionais de se fazer política são restabelecidos. Nesse viés, (re) instala-se a dificuldade dos sujeitos se unirem na busca de objetivos comuns e formularem, como bem diz Telles (1999) os dramas cotidianos na linguagem pública dos direitos.

Entretanto, mesmo diante destes tempos de desarticulação da vida política, procuramos construir essa pesquisa nos balizando em um norte: é possível reinventar a política e construir uma nova forma de sociabilidade. Nesse sentido, ao trazermos para o âmbito da pessoa com deficiência, essa reflexão significa dizer que ela ao agir em concerto nos espaços participativos dos Conselhos, argumentando sobre os assuntos que lhe dizem respeito, abre-se a oportunidade de reapropriar-se da política.

Esclarecidas as motivações que levaram à escolha do âmbito da pesquisa a ser realizada, passamos a seguir a descrever a metodologia que adotamos.

Descrição metodológica

Decidido o campo da investigação, a estratégia de pesquisa utilizada foi o estudo de caso (Lüdke, 1986), preocupando-nos em compreender a instância singular – O Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência (COMPEDE) – de caráter único e que tem um valor em si mesmo.

A entrada no campo empírico ocorreu no primeiro semestre de 2008. A partir de uma conversa inicial com a assistente social da Coordenadoria dos Conselhos do município de Niterói, que acompanhava o COMPEDE prestando-lhe assessoria, colocamos qual era o tema que pretendíamos abordar e quais as nossas prematuras intenções de estudo.

Fomos bem recebidas e convidadas a participar das reuniões ordinárias do referido Conselho, que ocorrem na primeira terça-feira de cada mês, e das extraordinárias, marcadas quando necessário para a continuidade das discussões. Dessa forma, começamos a acompanhar as ações do COMPEDE¹³ através da técnica da observação simples, a qual, de acordo com Gil (2008), possibilita a obtenção de elementos para a definição de um problema de pesquisa. Nas palavras do autor,

Por observação simples entende-se aquela em que o pesquisador, permanecendo alheio à comunidade, grupo ou situação que pretende estudar, observa de maneira espontânea os fatos que aí ocorrem (...) Embora a observação simples possa ser caracterizada como espontânea, informal, não planejada, coloca-se num plano científico, pois vai além da simples constatação dos fatos. Em qualquer circunstância, exige um mínimo de controle na obtenção dos dados (Gil, 2008, p.101).

Tratou-se de um período de seis meses de observação simples com o propósito maior de perceber como funcionava aquele espaço, quais eram as pessoas fundamentais, de que forma se comportavam e, principalmente, como se colocavam as pessoas com deficiência.

¹³ É importante ressaltar que no primeiro dia que estivemos presentes na reunião do COMPEDE (09 de maio de 2008), houve uma apresentação dos próprios conselheiros e dos demais presentes, de forma que todos souberam desde o início qual era a nossa finalidade em acompanhar e observar o Conselho. E destacamos ainda, que fomos bem recebidas por todos. Inclusive, muitos deles sempre se colocaram a disposição para nos orientar a respeito do COMPEDE, sugerindo textos, emprestando livros, dando informações, indicando pessoas que fizeram parte da história e outros caminhos, e ainda, se dispuseram a dar entrevistas.

Cabe destacar também, que nesse primeiro momento, a assistente social separou um material documental contendo: a Lei de criação do Conselho em dezembro de 1997 (Anexo 1) e a sua reformulação em dezembro de 2007 (Anexo 2), com seus respectivos regimentos internos; relatórios das I e II Conferências Municipais da Pessoa com Deficiência de Niterói; edital de convocação para eleição da gestão do Conselho para 2008-2011; dentre outros registros.

Junto destes, ela também forneceu um documento que apresentava, de modo sintetizado, o primeiro Conselho, anterior ao COMPEDE, de caráter normativo e consultivo voltado para pensar as atividades direcionadas para as pessoas com deficiência, especificando a política de ação comum entre as entidades e pessoas então envolvidas, no município de Niterói. Além disso, autorizou formalmente a realização da pesquisa, com o uso do material do Conselho, para fins de aproveitamento nesta dissertação (Anexos 3 e 4).

Dessa forma, tomamos conhecimento de dados novos para nós, que provocaram um novo direcionamento para a pesquisa, pois: antes mesmo do COMPEDE ser criado em 22 de dezembro de 1997, já havia existido em Niterói, o Conselho Municipal de Assistência às Pessoas Deficientes (COMAD)¹⁴, criado pelo decreto 3681, de 17 de dezembro de 1982; e ainda, o atual COMPEDE, anteriormente chamado de Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (COMDDPPD), acabava de passar por uma expressiva reformulação na lei de sua criação e por isso, estava em processo de eleição para a sua primeira gestão (2008-2011), sob a luz da nova Lei nº 2513, criada em 18 de dezembro de 2007.

Nesse sentido, compreendemos que o Conselho em sua constituição tomou três formatos distintos: COMAD, COMDDPPD e COMPEDE. Portanto, percebemos que se queríamos pesquisar a ação política das pessoas com deficiência no espaço desse Conselho, seria importante percorrer um caminho histórico. Isso porque, através dele, e não apenas pela observação de um momento estanque, poderíamos caracterizar melhor o COMPEDE, a partir da construção e da reconstrução realizada pelo segmento das pessoas com deficiência.

Dando continuidade ao processo de pesquisa, tornamos a assistir as reuniões em fevereiro de 2009, recolhendo atas e fazendo anotações no diário de

¹⁴ Prosseguiremos com maiores detalhes no item cinco, no qual tentaremos esboçar um breve histórico desses Conselhos e levantar quais atores estiveram nele inseridos.

campo. Nota importante a registrar é que passado uns meses, na mesma semana em que defendemos o projeto de pesquisa, entre 25 e 29 de maio de 2009, tomamos posse na Prefeitura de Niterói, para o cargo efetivo de Assistente Social, do Quadro Permanente, em virtude da aprovação em Concurso Público (Portaria nº 3242/2009).

Sendo esse concurso realizado para compor o quadro da Secretaria Municipal de Assistência, pudemos aproveitar a oportunidade para escolher nossa alocação dentro da Coordenadoria dos Conselhos, da qual fazem parte, além do COMPEDE outros cinco Conselhos¹⁵. Esse espaço contava com cinco assistentes sociais e cada uma assessorava um determinado Conselho, sendo-nos sugerido, pela coordenadora¹⁶, que ficássemos responsáveis de acompanhar o COMPEDE e o COMDDEPI (Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa).

Acreditamos que este foi um marco importante que nos transferiu “obrigatoriamente” para um segundo momento da pesquisa de campo. Nesse sentido, em consonância com a apresentação do projeto de pesquisa, fase de amadurecimento da pesquisadora, começamos uma fase de condições favoráveis para uma aproximação maior com o objeto e estamos certas de que, para quem desejava ver “a máquina” funcionando de perto, não existiria forma melhor.

Sendo assim, entramos a fundo nesse cenário, com a postura de observadora participante. De acordo com Gil (2008, p.103), a observação participante

(...) consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada. Neste caso, o observador assume, pelos menos até certo ponto, o papel de um membro do grupo. Daí por que se pode definir observação participante como a técnica pela qual se chega ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior dele mesmo.

Tínhamos como objetivo geral: Compreender a participação política das pessoas com deficiência no COMPEDE - Niterói. Logo, como objetivos específicos: descrever as ações desenvolvidas no COMPEDE; identificar as formas de ação desenvolvidas no COMPEDE; e analisar as implicações dessas ações no espaço público e na sociedade.

¹⁵ Explicaremos melhor essa infra-estrutura também no item cinco.

¹⁶ Queremos agradecer aqui a grande oportunidade oferecida pela coordenadora Maria Celeste Fonseca Tebaldi de prestarmos assessoria ao Conselho que estávamos pesquisando e, que mesmo nos momentos difíceis de falta de recursos humanos para outros Conselhos, não nos realocou, evitando assim que nos desviássemos do nosso foco principal.

Contudo, permanecíamos inquietas com os seguintes questionamentos recorrentes: *tem o COMPEDE se constituído um espaço para que as pessoas com deficiência possam deliberar e argumentar sobre as questões políticas e públicas com liberdade e respeito à pluralidade? Este Conselho tem garantido um espaço para que essas pessoas possam sair do anonimato e se tornar sujeitos políticos, fazendo parte da construção da vida pública e política da sua cidade? Revelar-se-iam como atores sociais, se despindo do véu e do fardo da incapacidade, que lhes foram impostos pela sociedade? Suas ações se revelam facilitadoras da emergência de uma nova forma de sociabilidade e potencializadoras da construção de um sentido público/coletivo? É possível encontrar nesse espaço a possibilidade de constituírem-se ações horizontais contrárias ao mando e à obediência?*

Por fim, resumimos o estudo no seguinte questionamento: *Quais são as possibilidades e limites para a efetivação da ação política das pessoas com deficiência no COMPEDE compreendido como espaço público?*

Visando atender tal proposição, adotamos o estudo de caso na metodologia de pesquisa de caráter qualitativo, uma vez que:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. [...] a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, medidas e estatísticas (Minayo, 1994, p.21-22).

Nesse momento, entendíamos que precisávamos compreender os avanços e desafios encontrados pelas pessoas com deficiência durante a evolução histórica do Conselho. Para tanto, levantamos e analisamos outros documentos, além dos já mencionados, tais como: relatórios da III Conferência Municipal da Pessoa com Deficiência realizada em 2009 e de atividades de 2008 e 2009; atas¹⁷ das reuniões no período entre 1999 até 2009.

Além dos documentos descritos, pudemos levantar documentos confeccionados pelo próprio COMAD (primeiro Conselho voltado para a pessoa

¹⁷ As atas estão disponíveis no Livro de Atas e de Presença, aberto em 18 de outubro de 1999 e no Livro de Atas do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, aberto em 31 de agosto de 2007. Lemos um total de 112 atas.

com deficiência). Nestes, encontramos os seguintes materiais: Decreto 3641 de 17 de dezembro de 1981 (Anexo 5) que cria o Conselho Municipal de Assistência às Pessoas com Deficiência, Regimento Interno do COMAD e o Decreto nº 3826/82 que o aprova; a Lei de adequação das edificações urbanas aos portadores de necessidades especiais de Niterói, 1991; e os documentos denominados II Semana da Pessoa Portadora de Deficiência, 1988; Ano Internacional dos Deficientes - s/d; Relatório Sumariado - s/d; Relatório da II Semana da Pessoa Deficiente – s/d; Relatório Síntese, 1988; Relatório 1990/1991; e Relatório 1992/1993.

Desse modo, a leitura dos documentos permitiu colher dados proveitosos referentes à estrutura de organização dos três formatos de Conselho; a forma, o contexto e os motivos para que foram criados; atribuições, objetivos e princípios de cada um; algumas atividades que desenvolveram, dentre outros aspectos.

Para além da observação e da utilização de documentos desenvolvemos entrevistas semi-estruturadas¹⁸ com os membros dos três formatos de Conselho, seguindo os seguintes critérios:

- a) participaram do COMAD;
- b) formam a gestão do COMPEDE 2008-2011 e também estiveram presentes em outras gestões, participando da trajetória de evolução do Conselho;
- c) embora não tenham participado do processo de evolução, formam o Conselho desde o início da gestão (2008-2011).

Assim chegamos a amostra de 03 conselheiras sem deficiência que compuseram o COMAD; 04 conselheiros com deficiência que fizeram parte do COMDDPPD e também estão participando da primeira experiência de gestão do atual formato do COMPEDE; e 01 conselheiro com deficiência participando pela primeira vez.

Para a escolha desses conselheiros algumas condições foram observadas. No caso do COMAD, procuramos escolher pessoas que estiveram presentes no momento de criação do COMAD seja como conselheira ou como atuante na luta pela inclusão da pessoa com deficiência, ocupando lugar de destaque no município de Niterói¹⁹.

¹⁸ O Roteiro de Entrevista encontra-se no anexo, número 6.

¹⁹ Importa destacar que as três pessoas entrevistadas foram ou são presidentes de três diferentes instituições atuantes na área da pessoa com deficiência, no município de Niterói.

O intuito de entrevistá-las estava em: *levantar qual era a finalidade do Conselho; quais atores estiveram envolvidos nesse processo; quais eram as ações desenvolvidas; e quais foram os avanços obtidos para o histórico de luta de criação de um Conselho voltado para a pessoa com deficiência.*

No caso do COMPEDE, selecionamos apenas pessoas com deficiência, de forma que contemplassem os três tipos de representação do Conselho, dentre os quais temos: os representantes do segmento da pessoa com deficiência (física-motora, auditiva, visual ou mental/intelectual)²⁰; os representantes de entidades atuantes nas áreas da deficiência (física-motora, auditiva, visual ou mental/intelectual)²¹ e os representantes do governo.

É importante observar que não mencionaremos durante a análise das entrevistas os nomes dos entrevistados e quais são as representações de cada um para que possíveis identificações sejam evitadas. Até mesmo porque o foco não está em fazer uma análise da representação política, mas sim da participação política da pessoa com deficiência, seja ela representante do poder público ou da sociedade civil.

Com os objetivos estabelecidos, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, conforme dito anteriormente, pelo fato de que têm como característica, de acordo com Neto (1994), a possibilidade de articular a modalidade da entrevista estruturada com a não estruturada. Desse modo, tanto podemos formular perguntas antecipadamente, como abordar livremente o tema da pesquisa durante a entrevista.

As entrevistas, que segundo Gil (2008), são uma forma de interação social e de diálogo assimétrico, permitiram coletar dados e informações que não são possíveis de se obter através da observação e leitura de documentos. O primeiro passo, antes mesmo de entrevistar os conselheiros, foi realizar um pré-teste a fim de verificar possíveis ajustes e falhas na formulação das questões.

Com isso, as entrevistas foram realizadas individualmente, preservando a identidade dos entrevistados, sendo solicitada autorização para que fossem gravadas e transcritas na íntegra, a partir da assinatura do Termo de

²⁰ Ressaltamos que os representantes do segmento da pessoa com deficiência auditiva e mental/intelectual não foram escolhidos, pois somente compuseram o Conselho no segundo semestre de 2009.

²¹ Dessa vez, não escolhemos o representante da entidade atuante na área da deficiência auditiva, pois não era pessoa com deficiência.

Consentimento Livre e Informado (Anexo 7). E ainda, cada entrevista foi agendada previamente e realizada na própria Coordenadoria ou nas Instituições de atendimento à pessoa com deficiência.

Utilizamos da técnica de análise documental para analisar os dados acumulados. De acordo com Lüdke (1986) entendemos que os documentos, além de constituírem uma fonte estável e rica, surgem em um determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto.

O procedimento metodológico adotado para essa técnica tratou-se da análise de conteúdo, a qual segundo Bardin (1977), traz a possibilidade de manipular as mensagens para evidenciar os indicadores que permitem inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem, procurando conhecer aquilo que está por trás das palavras. Desse modo, durante o processo de análise decidimos trabalhar com dois tipos de unidade: unidade de contexto e unidade de registro (Holsti, 1969 apud Lüdke, 1986). Ou seja, exploramos o contexto em que ocorreu determinada unidade, apontando alguns temas mais frequentes.

Deve-se considerar que, apesar da entrada no campo como assistente social ter criado mais espaço para observação, garantido, de um lado, acesso maior aos documentos e facilitado o contato com os conselheiros e ex-conselheiros, ainda assim encontramos dificuldades. A maior delas decorreu do próprio cotidiano do trabalho, com carga horária de 30 horas semanais, diminuindo a dedicação à pesquisa que até então era integral.

De outro lado, o fato dos documentos do COMAD, que estão na Coordenadoria dos Conselhos, não estarem alocados em um mesmo lugar, além de serem documentos esquecidos e desconhecidos da maioria dos conselheiros e das pessoas que trabalham naquele setor, demandou grande esforço para localizá-los e ordená-los.

O único relatório de atividades anual realizado do COMDDPPD é referente ao ano de 2008, e por isso, fortaleceu-se a necessidade de ler todas as atas para acompanhar quais foram as ações desenvolvidas. Dessa forma, a coleta dos dados foi trabalhosa e a organização dos mesmos complexa. Entretanto, os registros das diversas vozes que saíam dos documentos, foram reveladores da importante história da ação política das pessoas nela engajadas.

E agora é chegada a hora de expor os resultados alcançados pelo estudo empreendido. Dessa forma vamos descrever a organização adotada para tal fim.

Organização da dissertação

O conteúdo da dissertação está distribuído em oito itens. O primeiro constitui esta introdução. No de número dois, propusemo-nos a reconstruir concepções e paradigmas que fundamentaram as formas de como a deficiência foi sendo percebida através da história. Desse modo, dentro de um movimento de exclusão e inclusão, fizemos um esforço no sentido de levantar alguns marcos históricos fundamentais do movimento, no mundo e no Brasil, que fizeram as pessoas com deficiência avançar no direito de participar politicamente com igualdade de condições da construção e do desenvolvimento da sociedade e, conseqüentemente, conquistar os espaços públicos.

No item três, iniciamos a reflexão sobre a construção dos espaços públicos no Brasil, trabalhando dois aspectos: as características da cultura política brasileira denominada conservadora; e a nova concepção de cidadania trazida pelos movimentos sociais, a partir da década de 1970.

No item quatro, analisamos as categorias espaço público e participação política, à luz da perspectiva arendtiana. Ressaltamos que a escolha do pensamento de Arendt (2006, 2008), deve-se ao fato dela ter aprofundado questões essenciais e atuais para o entendimento da constituição da política, dos espaços públicos e da ação política dos sujeitos nesses espaços. Em seguida, prosseguimos com o delineamento da construção dos espaços públicos, pontuando desafios e possibilidades emergentes, observados a partir da década de 1990. Nesta oportunidade, dividimos a reflexão em três momentos: primeiramente, procuramos apresentar dois projetos políticos que estão em disputa na esfera pública – o democrático e o neoliberal; depois, abordamos os problemas vividos na sociedade moderna, que reduzem o homem à inserção no mercado e no consumo, empenhando-se na manutenção da sua sobrevivência e na busca incessante de substituir as coisas que o rodeiam; e por fim, destacamos os Conselhos Gestores de Políticas Públicas como uma possibilidade de dar um novo sentido à política.

No item cinco, buscamos desenvolver a trajetória de participação política das pessoas com deficiência no processo de construção e reconstrução do COMPEDE. Para tanto, analisamos os dados obtidos através das percepções adquiridas com a observação participante, as entrevistas com os conselheiros e a

leitura de documentos, procurando estabelecer conexões com os eixos teóricos que nortearam a pesquisa.

Por fim, com o apoio dos resultados obtidos, tecemos no item seis algumas reflexões finais. Procuramos evidenciar alguns efeitos relevantes da construção do espaço público, oriundos da trajetória de participação política das pessoas com deficiência. E destacamos os obstáculos, os questionamentos e as possibilidades de uma articulação política e pública das pessoas com deficiência, protagonistas de uma nova forma de fazer política. Os itens sete e oito registram, respectivamente, as referências utilizadas e os anexos.